

O cargo que não existia: o mercado começou a pagar pelo advogado que orchestra IA

Sérgio Longo 29 de setembro de 2026 ⌚ 6 min de leitura

Na semana passada, uma notícia do mercado jurídico americano me fez parar. Um relatório da Firm Prospects mostrou que 46 advogados deixaram os 200 maiores escritórios dos Estados Unidos, no primeiro semestre de 2026, para trabalhar em empresas de inteligência artificial. O relatório trata o movimento como uma alternativa nova ao caminho tradicional de quem sai da banca (o jurídico interno de uma empresa). E dá nome às funções que estão surgindo, como a de legal engineer, um cargo que até pouco tempo quase ninguém conhecia.

Na mesma semana, outra reportagem mostrou o movimento no sentido contrário: os grandes escritórios estão disputando profissionais de IA com as empresas de tecnologia. A Cooley criou a Cooley AI, uma empresa de IA própria, com 14 vagas abertas. Para um engenheiro sênior de dados, anunciou de US\$ 220 mil a US\$ 250 mil por ano, perto do que a banca paga a um advogado recém-contratado. Outro escritório anunciou até US\$ 438 mil para um diretor de IA aplicada. E a Morgan & Morgan declarou que vai investir pelo menos US\$ 1 bilhão em IA na próxima década.

Os números são americanos e não servem de régua para o Brasil. Mas o recado vale aqui também. Uma competência que até ontem era vista como curiosidade de quem "gosta de tecnologia" ganhou nome, vaga e preço.

O que um legal engineer faz, de verdade

A palavra engenheiro engana, porque o centro do trabalho está longe da programação. O que esse profissional faz é traduzir trabalho jurídico em processo.

Quando uma empresa de IA quer que sua ferramenta revise contratos, precisa de alguém que saiba dizer o que é uma boa revisão: quais cláusulas importam, que riscos se escondem em cada tipo de contrato, o que conta como resposta certa e o que seria um erro grave. Quando um escritório quer usar IA em escala, precisa de alguém que desenhe o fluxo. Em que etapa a máquina entra, em que etapa o advogado confere, que dado pode entrar na ferramenta e como o resultado chega ao cliente.

No início deste mês escrevi aqui sobre o advogado-orquestrador, o profissional que divide a demanda em etapas, escolhe a ferramenta certa para cada uma e define onde entra a conferência humana. O legal engineer é esse mesmo profissional, agora com descrição de vaga e faixa salarial.

Por que o mercado paga tanto

Porque é escasso, e é escasso porque quase ninguém treina isso.

As ferramentas estão virando commodity. Assinatura de IA jurídica se compra com cartão de crédito, e em pouco tempo todo mundo terá acesso a algo parecido. O que não vem na assinatura é o critério de uso. É ele que diz que a IA ajuda muito a organizar um levantamento de jurisprudência, mas que nenhum julgado citado por ela vai para a peça sem conferência. Ou que um resumo de mil páginas economiza um dia de trabalho, desde que alguém confira os pontos que decidem a causa. Ou, ainda, que certos documentos do cliente não entram em ferramenta nenhuma sem anonimização.

Esse critério junta duas formações que raramente andam juntas: o raciocínio jurídico, que a faculdade e a prática ensinam, e o pensamento de processo, que quase nenhum advogado aprende. Quem reúne as duas ainda é minoria, e o mercado paga por isso.

E o advogado brasileiro que não vai trabalhar numa empresa de IA?

Essa é a parte que mais me interessa. Por aqui, um levantamento da OAB com Trybe, Jusbrasil e ITS Rio mostrou que 77% dos profissionais do direito já usam IA generativa ao menos uma vez por semana. O uso já é maioria. Quem desenha esse uso, em cada escritório, ainda é exceção.

A maioria de quem lê este texto não vai se candidatar a uma vaga numa empresa de tecnologia, e nem precisa. A competência que essas empresas estão contratando tem o mesmo valor num escritório de três advogados ou no jurídico interno de uma empresa. Você pode ser o legal engineer da sua própria banca. Na prática, é a pessoa que olha para a rotina e pergunta qual tarefa se repete toda semana, onde o tempo se perde, que etapa pode passar pela IA com segurança e qual nunca deve sair das mãos de um advogado.

Em julho escrevi sobre o júnior que a IA não vai formar (a preocupação com uma geração que pode pular as tarefas de base e perder o aprendizado que vinha delas). A notícia desta semana ajuda a completar aquela reflexão. A carreira está mudando de forma, e o advogado que aprender a desenhar o trabalho terá um espaço que a IA não ocupa, porque é ele quem decide onde ela entra.

Por onde começar

O primeiro passo é um fluxo, e a ferramenta vem depois. Escolha uma atividade que se repete no seu escritório, como a triagem de novos casos, a análise inicial de contratos ou o acompanhamento de publicações. Descreva no papel cada etapa, do pedido do cliente à entrega, e anote quem faz, quanto tempo leva e onde costuma aparecer erro.

Só então pergunte onde a IA ajuda. Para cada etapa delegada, defina quem confere e como essa conferência fica registrada. Defina também o que não entra na ferramenta: dados pessoais sensíveis, informações sob sigilo, documentos que o cliente não autorizou. A LGPD e o dever de sigilo não tiram férias porque o fluxo ficou moderno.

Por fim, meça o tempo antes e depois, e os erros encontrados na revisão. É a medição que transforma uma boa experiência em método, e método se replica no fluxo seguinte.

O que as empresas de IA foram buscar nas grandes bancas não foi alguém que soubesse apertar botões. Foi uma forma de pensar o trabalho jurídico. Isso se aprende, e não exige mudar de emprego.

E no seu escritório ou departamento: quem hoje faz o papel de desenhar como a IA entra no trabalho?

FONTES

JD Journal, "Law Firms Rush to Capture the Best AI Talent" (25/09/2026):

<https://www.jdjournal.com/2026/09/25/law-firms-ai-talent/>

Law.com Corporate Counsel, relatório da Firm Prospects sobre legal engineers

(24/09/2026): <https://www.law.com/corpcounsel/2026/09/24/ai-companies-recruit-big-law-lawyers-into-new-legal-engineer-career-path-report-finds/>

Brasil em Folhas, levantamento OAB, Trybe, Jusbrasil e ITS Rio sobre uso de IA

(04/09/2026): <https://www.brasilemfolhas.com.br/2026/09/escritorios-de-advocacia-buscam-visibilidade-em-respostas-de-inteligencia-artificial/>

Nota de transparência: o texto final deste artigo foi feito por um humano, com auxílio de IA. Já a publicação (cards, arte e distribuição) foi executada integralmente por IA, sob minha orquestração. É o método que ensino, aplicado na prática.